

DECRETO Nº 176 – DE 10 DE MARÇO DE 1931

Concede aposentadoria, ao *Dr. Fulgêncio Firmino Simão* no cargo de Procurador Fiscal da Fazenda do Estado. O capitão Interventor Federal do Estado do Pará, por nomeação legal do Governo Provisório da República, usando de suas atribuições, e, considerando que o Governo, em execução ao decreto nº 64, de 24 de dezembro de 1930, mandou rever as aposentadorias, reformas, reservas, etc.; Considerando o parecer da comissão revisora do quadro geral dos funcionários anactivos do Estado.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida ao **Dr. Fulgêncio Firmino Simões** aposentadoria, com o ordenado por inteiro e mais a quinta parte do mesmo, correspondente ao cargo de Procurador Fiscal da Fazenda do Estado, ou sejam quatro contos e oitocentos mil réis (4:800\$000) annuaes, a partir da data do presente decreto.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário. O Secretário de Estado do Interior e Justiça assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 10 de março de 1931.

Joaquim de Magalhães Cardoso Barata.
Capitão Interventor

Fausto Batalha, pelo Secretário do Interior e Justiça.

Fonte: Collecção de Decretos e Portarias de 02 de maio a 28 de junho de 1931. Officina Graphics do Instituto D. Macedo Costa (Escola Profissional do Estado do Pará).